

Liberação da ozonoterapia no SUS paulista expõe conflito com Anvisa

Debate reúne especialistas e conselhos de classe, aponta entraves regulatórios

A regulamentação da ozonioterapia no Sistema Único de Saúde (SUS) entrou no centro de um embate entre profissionais da saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) durante audiência pública realizada na segunda-feira (23), na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). O encontro escancarou críticas às restrições atuais e consolidou articulação política para ampliar o acesso ao tratamento na rede pública.

Embora reconhecida por lei como prática complementar, a ozonioterapia ainda enfrenta limitações impostas pela Anvisa, que restringe o uso de equipamentos geradores de ozônio principalmente às áreas odontológica e estética. Para especialistas, conselhos de classe e representantes de entidades, a regulação federal não acompanha o uso da técnica por diferentes categorias da saúde, criando insegurança jurídica e travando a expansão do atendimento.

Diante desse cenário, o deputado Luiz Claudio Marcolino (PT) anunciou que irá apresentar um projeto de lei para garantir respaldo legal aos profissionais e viabilizar a oferta da terapia no SUS paulista. A proposta será construída de forma coletiva e deve caminhar junto com a criação de uma câmara técnica multidisciplinar, com o objetivo de dialogar com a Anvi-



Bruna Sampaio/Alesp

Ozonioterapia é terapia complementar, mas Anvisa restringe uso de geradores de ozônio

sa e discutir a revisão de normas consideradas restritivas.

“A gente precisa transformar a ozonioterapia em política pública presente nos municípios paulistas”, afirmou o parlamentar, ao defender a harmonização entre as regras da agência reguladora e práticas já reconhecidas por conselhos profissionais, como os de enfermagem, fisioterapia e odontologia.

Durante a audiência, especialistas defenderam que a ampliação do uso da ozonioterapia pode gerar impacto na redução

de custos do sistema público de saúde. Entre os principais argumentos estão a possibilidade de evitar cirurgias complexas, reduzir internações e diminuir o uso de medicamentos de alto custo, especialmente em tratamentos de dor crônica e lesões de difícil cicatrização.

O médico Luís Felipe Caquetti, membro do Comitê Científico Internacional de Terapia com Ozônio, afirmou que a incorporação da técnica no SUS pode contribuir para aliviar a sobrecarga financeira do sistema. Já

a médica Mary Wendy Falzoni destacou que a eficácia depende de critérios técnicos rigorosos, como dosagem adequada e avaliação clínica individualizada, além de diagnóstico prévio.

Representantes de conselhos e associações profissionais reforçaram a necessidade de uniformização das regras para garantir segurança tanto aos profissionais quanto aos pacientes. Entidades da enfermagem destacaram que normas claras impactam cerca de 700 mil trabalhadores e ampliam o direito de escolha dos usuários.

Também houve críticas a ações de fiscalização que resultaram na interdição de clínicas e na limitação da atuação de categorias como fisioterapeutas e biomédicos. Para esses profissionais, a falta de alinhamento regulatório dificulta o acesso a terapias complementares.

Experiências práticas foram apresentadas como argumento para a ampliação do uso. Representantes do Conselho Federal de Farmácia citaram resultados de um hospital público no Maranhão, com redução no uso de antibióticos e na taxa de amputações. Já especialistas apontaram benefícios em casos como pé diabético, destacando o potencial da terapia para evitar procedimentos mais invasivos.

O debate também abordou impactos além da saúde humana. A aplicação da ozonioterapia na medicina veterinária foi associada ao controle de zoonoses.

No campo jurídico, a avaliação é de que a incorporação de terapias integrativas com respaldo científico pode contribuir para reduzir a judicialização da saúde, um dos principais gargalos do sistema.

A audiência marcou o início da mobilização política mais estruturada para destravar a regulamentação da ozonioterapia e pressionar por mudanças nas normas federais. O avanço indica espaço na agenda legislativa.

Polícia realiza operação contra golpe do “falso advogado”

Governo de São Paulo/Divulgação

A Polícia Civil de São Paulo prendeu, durante uma operação na terça-feira (24), quatro pessoas que aplicavam o golpe do “falso advogado”. No estado, foram expedidos seis mandados de busca e apreensão.

As investigações apontam que os criminosos se passavam por advogados das vítimas e informavam que o precatório — requisições de pagamento emitidas pelo Judiciário — havia sido liberado. Em seguida, solicitavam o pagamento de taxas inexistentes via Pix, sob diferentes justificativas e com urgência.

Os golpistas sabiam que as vítimas tinham valores a receber porque consultavam processos judiciais em andamento no sistema da Justiça. O acesso era possível após obterem a senha dos advogados.

Com as informações, os sus-



Golpistas sabiam que as vítimas tinham valores a receber

peitos clonavam a foto do advogado nas redes sociais e ligavam para as vítimas. Segundo a polícia, o crime ocorria em São Paulo e migrava para outro estado após o pagamento, dificultando o rastreamento.

A ação faz parte de operação

liderada pela polícia de Santa Catarina, com apoio do Núcleo de Inteligência do Tribunal de Justiça de SP. Após os mandados, os autos serão formalizados na 2ª Delegacia de Capturas, no Palácio da Polícia Civil. A polícia não informou o prejuízo causado.

Fundo Social capacita mais de 10 mil pessoas

O Fundo Social de São Paulo completa 58 anos com destaque para a qualificação profissional no estado. Desde 2025, o programa Caminho da Capacitação já formou mais de 10,6 mil pessoas em cursos gratuitos realizados em 223 municípios paulistas.

A iniciativa leva aulas teóricas e práticas por meio de carretas adaptadas, com formação em áreas como gastronomia, beleza, moda, tecnologia e indústria, voltadas principalmente à população em situação de vulnerabilidade social. Ao final, os participantes recebem certificado e ampliam as chances de inserção no mercado de trabalho e geração de renda.

Além do programa itinerante, o Fundo Social também oferece cursos nas Escolas de Qualificação Profissional, que já disponibilizaram mais de

60 mil vagas nos últimos anos. As formações são realizadas em parceria com instituições como Senac e Centro Paula Souza e abrangem áreas como administração, construção civil e informática.

Como parte das ações recentes, o órgão também entregou 350 veículos a municípios para reforçar a assistência social, ampliando a capacidade de distribuição de itens essenciais e o atendimento à população em situação de vulnerabilidade.

Criado em 1968, o Fundo Social atua na promoção de autonomia e geração de renda, com iniciativas integradas aos municípios e foco na redução das desigualdades sociais em todo o estado, com impacto direto na vida de milhares de famílias paulistas, ampliando oportunidades e inclusão social.